

# O Exército e o Positivismo: identidade e autonomia política(\*)

Elíezer Rizzo de Oliveira(\*\*)

O título deste ensaio delimita o campo da nossa análise, de forma a possibilitar a compreensão do papel do positivismo na formação político-ideológica dos militares brasileiros nas décadas finais do século passado. Não é correto nem pertinente lançar toda a responsabilidade da ação militar revolucionária (que não se limita ao golpe final dado no Império) sobre o positivismo, o qual empolgou uma restrita mas ativa parcela dos oficiais, especialmente do Exército, como se a República não pudesse ter existido sem o positivismo. Esse tipo de raciocínio configura uma armadilha, mas afirmar o contrário também não convém, na medida em que — esta é a nossa tese — o positivismo forneceu os elementos centrais de uma identidade política e de uma concepção acerca do país de uma geração militar privilegiada do ponto de vista da ação desenvolvida no interior do Estado. Aliás, creio encontrar-se nessa geração simbolizada por

Benjamin Constant a fonte de um caráter particularmente forte nas Forças Armadas brasileiras, ou seja, a produção de intelectuais que contarão para a vida do país e das Forças Armadas.

A constituição de uma identidade envolve uma concepção do aparelho ou instituição em sua relação com o Estado e a sociedade. No nosso caso, envolve um conjunto de identidades que o Exército elabora em correspondência ou contraposição à sua própria imagem. Assim, em que pese a ação da Monarquia visando desmobilizar política e militarmente o Exército após a Guerra do Paraguai, ou para submetê-lo ao regime civil de uma forma que ao Exército parecia servil, esses agentes políticos mutuamente envolvidos — a saber, Monarquia, políticos civis e militares — estarão a se orientar por referência ao quadro de conflitos, projetos e contradições em torno do regime político e da escravidão. Ainda não encontrei uma análise substantiva sobre o sentimento militar, alimentado pela pena de Rui Barbosa, de que o Império pretendia extinguir o Exército. Mas fique sublinhado que, como sempre acontece, inclusive nos nossos dias, a ação militar se volta para o presente e o futuro com base em valores, concepções e mitos cultuados em seu passado. Que faz o mito senão fornecer novos elementos de identidade? Que faz o Exército senão cultivar o seu republicanismo?

(\*) Este ensaio fundamenta-se na tese de doutoramento *La Participation Politique des Militaires au Brésil, 1945-1964* (Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1980) e no projeto de pesquisa *Intervenções Militares e o Papel Constitucional das Forças Armadas*, com apoio da Finep. Apresentado no painel "Educação e Ideologia na República" (7 de novembro de 1989), como parte do evento "Um século de Educação Republicana" (Ciclo de Conferências e Painéis), promovido pela Faculdade de Educação/UNICAMP, 6 a 10.11.89.

(\*\*) Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP.

# 1. O desenvolvimento do Exército: tendências de longo prazo

Algumas tendências configuram o processo de desenvolvimento institucional do Exército brasileiro, as quais são particularmente claras ao final do Império. Trata-se da mudança do caráter sociológico do recrutamento de oficiais e soldados, da questão do monopólio da violência e da estrutura da formação educacional, todas elas interagindo com a estrutura de valores e de ação do Exército.

Tais tendências antecipam as considerações acerca do positivismo, o qual incide sobre elas no sentido de fornecer a algumas inteligências privilegiadas os elementos com que elaborarão a identidade e os temas centrais do país da época.

## 1.1. A tendência ao recrutamento endógeno

Ao contrário do Exército colonial, constituído exclusivamente por oficiais dotados de algum sangue nobre (indispensáveis igualmente as relações sociais que o comprovassem e reconhecessem), o Exército imperial recruta os seus oficiais principalmente no interior das famílias militares. Trata-se de uma endogenia forçada pelas circunstâncias de um restrito mercado de trabalho urbano e de um acentuado desinteresse das elites agrárias pela profissão militar que limitava a dedicação aos negócios ou à política. Portanto, o corpo de oficiais do Império tende a ser basicamente antinobreza em sua origem e em sua perspectiva de vida, o que inclui a inserção estatal. Data daí o processo sociológico da democratização do acesso ao corpo de oficiais, no sentido da sua abertura aos filhos das

camadas médias urbanas, como regra geral, e inclusive a camadas pobres, mas alfabetizadas. Esse processo conduz à formulação da democratização do recrutamento de soldados, a qual será obtida apenas na década de 1910, com as restrições de praxe aos filhos das famílias abastadas.

A seleção, ou melhor, a caça aos soldados e recrutas constitui um lado de miséria e pobreza. Segundo depoimentos da época, o contingente era constituído de delinquentes, despossuídos e sem expectativa, aos quais se impunham os rigores da caserna e a opressão dos oficiais, com os costumeiros castigos físicos e humilhações. Daí a fuga antes do recrutamento forçado e a deserção, quando possível. Trata-se de uma *seleção ao inverso*, na expressão do general Leitão de Abreu.

Quanto à nobreza, ela se encontra cada vez mais fora do Exército, monopolizando a carreira na Marinha. Como se verá na parte seguinte, ela opta por outra estrutura militar de terra para cumprir várias funções, dentre elas o policiamento, o preparo militar, a combinação das funções eleitorais com as militares e a militarização da estrutura social. Daí o papel dos "coronéis", cujo sistema é muito bem desenhado em duas obras clássicas (*Coronelismo, Enxada e Voto* e *Os Donos do Poder*).

Talvez tantas tensões constituam surpresa para leitores não familiarizados com as questões atinentes ao lado militar da nossa vida em sociedade. Mas elas são palpáveis e muito atuantes nesse período. O recrutamento endógeno cristaliza relações sociais e políticas em torno de: a) nobreza civil e nobreza militar face aos grupos médios; b) cidade e campo; c) submissão ou autonomia (como veremos adiante); d) a força militar que se encaminharia para a situação de monopólio no plano do Estado.

---

## 1.2. A tendência ao monopólio político da violência no domínio terrestre

Devemos a Max Weber o conceito de Estado como instituição política que exerce o domínio sobre um determinado território, com o emprego da violência legal. Não cabe, aqui, discutir os limites da *violência legal*, mas sim constatar uma tensão permanente entre o Exército — mesmo em seus momentos de mais profundo desprestígio — e os grupos social e politicamente dominantes que preferiram criar o seu próprio corpo militar, mais livre e mais “nobre” em sua relação com o Estado, não dependente das vicissitudes das relações de força no plano do governo. Falamos da Guarda Nacional, com a qual o Exército se baterá até conseguir a sua extinção perto dos anos 20.

Guarda Nacional de um lado, desmobilização do Exército retornado da Guerra do Paraguai, de outro lado. São duas linhas de ação do Estado monárquico no sentido de “colocar o Exército em seu lugar”. À Guarda Nacional não podia colocar-se os problemas que o Exército passa a viver. Desprestigiado, considerando-se sem autonomia até mesmo porque os ministros da Guerra eram civis, ele se via às voltas com a modernização crescente dos exércitos vizinhos da Argentina e Chile, onde atuavam missões técnicas da maior potência militar, a Alemanha. A guarda das fronteiras, os contenciosos existentes a esse respeito, as guerras recentes, tudo isto sugeria ao Exército a necessidade de modernização. Visto de outro modo, a modernização passa a ser uma aspiração com possibilidades de confrontar o desprestígio e a heteronomia a que se encontrava relegado. O Exército clamará por isso sempre, sobretudo porque o Império criou a sua Marinha (a Arma nobre por excelência) ao nível das melhores então existentes no mundo.

De outro lado, o Exército perdia no confronto com as forças de terra das províncias. Ao longo das primeiras décadas republicanas, ele procurará modificar sua relação com as Forças Públicas, primeiro no sentido de equilibrar os seus contingentes em relação aos contingentes militares nos estados; finalmente, no sentido de submeter de fato a estrutura nacional das polícias militares (o que ocorrerá apenas depois de 1964). Para se ter uma idéia dessa situação, basta dizer que, entre 1889 e 1920, o Exército faz crescer os seus contingentes em 14,95 no conjunto de São Paulo/Minas Gerais e 6,11 no Rio de Janeiro, ao passo que, no Rio Grande do Sul e Mato Grosso (regiões de fronteira), o crescimento foi de 2,54 e 0,86. Como muito bem nos lembra José Murilo de Carvalho, o Exército consegue crescer nos centros do poder político, preservando apenas a dimensão necessária nas fronteiras. Em outras palavras, com a República o Exército deixa de ser o guardador de fronteiras a que havia sido relegado pelo Império e vai bancar praça nos centros do poder de Estado.

Não vou entrar em detalhes aqui, mas um grande sinal da integração catastrófica dessas questões (falta de modernização em concepção e material, desprestígio etc.), do ponto de vista do monopólio ou não do poder de violência do Estado, são as guerras de Canudos e do Contestado, nas quais o Exército empregou uma profunda violência que tornou dramático o seu próprio despreparo face ao emprego da guerra de guerrilha da parte dos seus adversários.

## 1.3. Educação autonomamente estruturada para a carreira do oficial

Dois aspectos destacam-se neste particular. O primeiro é o papel de vanguarda do Exército na introdução do

---

ensino público das ciências e o segundo é a adoção paulatina da formação educacional (cada vez mais determinada autarquicamente) como base da carreira do oficial. O antigo oficial que fez a sua carreira nas casernas (“tarimbeiro”) vai dando lugar ao seu colega egresso das escolas militares onde se cultivava a sofisticação possível, ao nível da sociedade da época, nos domínios das artes, literatura e formação científica.

Como todo sistema de educação, também esse sistema militar transmite valores e uma visão política da realidade. Ele cumpre o papel de universalizar uma determinada formação técnica, científica, profissional e política. Enfim, trata e transmite valores. Essa formação se assume, de imediato, como sendo científica por oposição à educação dos bacharéis de Direito, a qual seria desligada dos destinos do país. Lembre-se que boa parte dessa elite agrária se forma em escolas portuguesas. Desse modo, o ensino científico se concebe como nacional, científico e antielite por oposição à formação dos “bacharéis” em seu sentido pejorativo.

Contra os bacharéis, contra os donos de terra, contra os donos de escravos: esta passa a ser tendência da formação militar. Não é de surpreender que, em 1855, um jornalzinho de estudantes militares passe tudo isso a limpo numa linguagem agressiva. O *militar* se posiciona pela imigração estrangeira e, portanto, pelo fim da escravidão, pela proteção da indústria, pela implantação das estradas de ferro, pela reforma eleitoral e por uma competente formação militar.

Conflitos e tensões não faltam com os grupos dominantes, pelo que se vê através desse exemplo. Mas a tendência à passagem obrigatória pelas escolas militares entra em contradição com os antigos critérios da carreira militar. Os novos professores passam a ser chamados de *bacharéis fardados*, dada a sua semelhança, aos olhos dos velhos

militares, com os bacharéis civis aos quais se contrapõem.

A República resultará, em parte, dessas tensões não-resolvidas e ela mesma terá dificuldades para dar-lhes uma solução definitiva. Assim, somente durante os anos 20, anos dos tenentes mas também da Missão Militar Francesa, estará completamente organizada a estrutura de formação do oficial do Exército, composta pelo nível inicial (hoje, a Academia Militar de Agulhas Negras, na época a Escola Militar do Realengo), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), para a formação do aspirante a oficial, do administrador (capitão e major) e do oficial de estado-maior (tenente-coronel em diante). Assim configurada, em pouco tempo essa estrutura dará fim ao oficial “tarimbeiro”.

## 2. Positivismo e identidade militar

As tendências aqui expostas formam o caldo de cultura no qual germinou o positivismo, marcando acentuadamente a mentalidade militar. Na verdade, o positivismo será usado para promover uma inversão nos termos das relações até então vigentes entre militares e regime político. Se o Império exigia a obediência cega com base na superioridade do mundo civil, agora aflora o sentimento da superioridade moral dos militares na medida em que somente eles (em sua autovisão) teriam condições de pensar e agir segundo os interesses da nação. Desse modo, apesar e acima das leis, os militares deveriam obedecer de acordo com a sua consciência superior que os vinculava à nação e ao Estado, e não ao governo. Correspondem a esse sentimento os conceitos de *inimigo da instituição* e *direito à intervenção política*. Como se

vê, o positivismo ajuda a retirar o Exército da situação de heteronomia e a criar as bases ideológicas da autonomia militar e do radicalismo da sua ação política. A esse movimento do pensamento dedicaremos esta parte final.

O positivismo estimulou a entrada dos militares na política ao conciliar o caráter científico da sua formação com uma visão da política enquanto ciência. De fato, a teoria dos três estados do conhecimento promove uma aproximação entre a natureza da função militar e a natureza da função política, no sentido de que seria possível dar à última o tipo de tratamento dispensado à primeira. É interessante notar que, nesse particular, o positivismo colabora para a formação de uma mentalidade que encontrará parceria no marxismo, que também retira o sobre-humano da política. O que há de contraditório entre eles é que o positivismo se vincula, na origem européia, à preocupação com a preservação da ordem, enquanto o marxismo elabora precisamente a sua revolução. Todavia, ambos enfatizam a ação política na história de modo a dar curso às suas potencialidades.

Além de estimular a entrada na política, o positivismo adaptado pelos militares, apesar das críticas da religião positivista dominante no Rio de Janeiro, provocou a identificação dos militares com o lado reformista da política. Essa opção afastou esses militares dos seus colegas civis, na medida em que estes aspiravam à implantação de uma ditadura positiva liderada pelo próprio monarca e uma extinção paulatina da escravidão. Os militares caminham para a ruptura com a Monarquia e para a retirada do apoio ao regime escravista.

José Murilo de Carvalho, um dos nossos mais competentes estudiosos dos fenômenos militares, afirma que o positivismo estimulou as três *ideologias de intervenção* que orientaram as ações militares no início da história da República. A primeira, a do *soldado-*

*cidadão*, corresponderia à afirmação do direito individual e institucional à participação política. A segunda, a do *soldado-profissional*, seria um contraponto institucional à primeira, propugnando a não-participação (particularmente dos baixos escalões, porque os escalões superiores têm sempre a sua peculiar maneira de fazê-lo). Finalmente, a *intervenção moderadora* corresponderia a uma política da instituição. Ou, como formulou posteriormente o general Goes Monteiro, não se trataria de fazer a política *no* Exército, mas a política *do* Exército.

O dado comum a essas concepções, que aparentemente se sucedem porque correspondem a momentos distintos da relação Exército-política, mas que de fato convivem a cada momento em razão da verticalidade da política e do comando no interior dessa Arma, é a concepção do militar como elite privilegiada para a participação política. *Elite* no sentido político, já que a sua classe de origem vem dos estratos médios. Mas elite cientificamente preparada, visto que a política é conhecimento científico. Elite relativamente messiânica, visto que dotada intrínseca e historicamente de uma missão reformista. Elite constrangida, cuja perspectiva reformista passa a esbarrar na necessidade de responder por uma nova ordem política e social. Ser contra a escravidão é uma coisa; ser a favor dos direitos políticos dos trabalhadores urbanos é outra coisa. Mais distinto ainda seria estar aberta ao direito à divergência.

Daí a incorporação da violência em muitos episódios envolvendo militares na ação direta. Mas esse mesmo positivismo incorporado e adaptado mostrar-se-á sensível à ausência de direitos sociais, identificando-se com a reivindicação de reformas modernizantes no país e no Exército. Tal sensibilidade contraditória estará firmemente presente no tenentismo.

O núcleo dessa contradição é um aspecto da vasta adaptação positivista à

realidade brasileira da época. Sérgio Buarque de Holanda chama atenção, numa análise maravilhosa, para a substituição da noção de ditadura positiva pela de ditadura *tout court*, fundada na própria instituição militar. Ele lembra que o principal teórico no campo militar não a aceitou, referindo-se a Benjamin Constant. Mas as intervenções militares nas províncias e as verdadeiras ditaduras militares regionais sob o Estado de Direito republicano revelam a existência desse conceito de ditadura institucional não-caudilhesca. Um ditador institucional levaria o aparelho militar ao centro predominante do poder de Estado, para dirigir a política e a sociedade. Décadas depois, a mais completa formulação dessa ideologia será a Doutrina de Segurança Nacional.

Auto-identidade por oposição aos “inimigos da instituição”, no plano social como no político. Essa é a operação final que se processa no plano do pensamento militar e que contará para precipitar o final do Império. A crise militar vinculada ao direito negado de manifestação política, contestado pelos “bacharéis”, abre as cortinas para a intervenção da alta direção militar em nome da preservação da existência do Exército. Os inimigos, além de humilharem os militares, impediriam-lhes o exercício dos direitos, cortariam-lhes os orçamentos, relegariam-nos à humilhante condição social; ademais, estariam agora dispostos a substituir a instituição que lhes dá sentido à vida por uma guarda negra, elevando a Guarda Nacional à dignidade na qual jamais o Exército se encontrara. Nessa hora prevemente cresce o valor e os resultados das iniciativas anteriores. O Clube Militar, fundado há pouco, desconhece a hierarquia no tocante aos pronunciamentos, mas estimula as relações filiais com os oficiais mais velhos, cultuados (ou massacrados, durante o tenentismo) em sessões memoráveis. A indignação passa a fundamentar a coesão sobre os pilares do

positivismo e da estatura moral e intelectual de Benjamin Constant e o valor simbólico de Deodoro e Floriano. A pequenez da vida castrense, que lá também existe, fica para depois.

O fim do Império é o grande momento da coesão militar face ao perigo iminente da destruição da sua instituição. As elites republicanas não teriam motivos sólidos para crer nessa tese falaciosa, mas muito se aproveitaram da sua pregação. O visconde de Ouro Preto e Rui Barbosa o sabiam muito bem, embora o segundo se tenha prestado a sensibilizar a alma militar com a fórmula da “ressurreição dentre os mortos”. Nada mais de obedecer e calar-se ou desobedecer e pedir a reserva. Os militares teriam o direito intocável ao discurso político, à presença política, à política científica e à ditadura científica ou positiva. Isto é, depois de tanta identidade mesclada com rejeição, impõe-se o direito à ditadura militar, pois a República não poderia servir à organização do poder dos monarquistas transmutados.

### 3. Balanço contraditório

Esse enredo centenário, aqui comentado, parece muito atual, abstraídos tempo e personagens. Daí a sugestão de alguns pontos para reflexão sobre a permanência da influência positivista na formação do pensamento militar brasileiro:

- 1) As ideologias de intervenção aparecem mescladas nas atitudes fundadas na afirmação do direito da instituição militar à vida política. Dadas as diferenças entre hoje e os cem anos que nos separam, aquilo que configurou uma contradição com a dominação estreita, e projetou a necessidade do desenvolvimento econômico e político, toma atualmente

---

a forma de um alerta conservador contra a extensão da democracia aos *deserdados*, nome contemporâneo de *massas populares*.

- 2) Parte da resistência militar ao seu enquadramento institucional no regime democrático deve-se às convicções desenvolvidas a partir do positivismo, seja o de caráter conservador, seja o expresso por militares nacionalistas ou reformistas. Neles há a concepção comum das Forças Armadas enquanto agentes de mudança social, o que se passa efetivamente em diversos lugares do mundo, como nos mostra Samuel Huntington. O problema maior reside em que a intervenção militar pode abrir espaço para reformas econômicas e sociais, mas traz consigo os germens do autoritarismo, sob a forma de ditadura ou de sociedades pretorianas. Enfim, o enquadramento militar na ordem democrática e o desenvolvimento da sociedade civil

são mutuamente dependentes e sugerem que se escape definitivamente dessa armadilha do positivismo.

- 3) O positivismo trouxe contribuição importante para o Exército. A identidade é um traço relevante, a qual, na Argentina, por exemplo, vincula-se catolicamente à preservação e não à mudança. De outro lado, boa parte do desenvolvimento científico relacionado com as Armas encontra sua fonte de inspiração positivista nessa mesma concepção de papel nacional no interior do Estado.
- 4) Por último, o positivismo tem uma herança contraditória que passa pelo pensamento de Prestes e pela Doutrina de Segurança Nacional. Ele é mais seguido intuitivamente do que conhecido, sobretudo em sua aversão ao liberalismo e ao jogo democrático. Ele empobrece a política sempre que se fundamenta na geopolítica, a exemplo da Doutrina de Segurança Nacional.



**Resumo** O objetivo deste trabalho é discutir o papel do positivismo na formação político-ideológica do Exército brasileiro nas décadas finais do século passado. O positivismo forneceu os elementos centrais de uma identidade política e de uma concepção acerca do país de uma geração militar privilegiada do ponto de vista da ação desenvolvida no interior do Estado.

O trabalho apresenta três partes. Na primeira, analiso o processo de desenvolvimento institucional do Exército brasileiro, no qual se constata três tendências: a tendência ao recrutamento endógeno, a tendência ao monopólio político da violência no domínio terrestre e a tendência à educação autonomamente estruturada como condição para a carreira do oficial. Na segunda parte, mostro a influência do positivismo na definição da nova identidade do Exército que passou a assimilar os conceitos de inimigo da instituição e direito à intervenção política. A terceira parte faz um balanço contraditório da influência do positivismo na formação do pensamento militar brasileiro.

Palavras-chaves: desenvolvimento do Exército brasileiro; positivismo e identidade militar; Exército e intervencionismo na política; positivismo e Exército brasileiro; educação militar.

**Abstract** **The Army and Positivism: Identity and political Autonomy** *The purpose of this paper is to discuss the role of positivism in the political-ideological formation of Brazilian Army in the final decades of last century. Positivism provided the central elements of a political identity and of a conception about the country of a privileged military generation from the stand-point of the action developed inside the State.*

*The paper presents three parts. In the first one, I analyze the process of institutional development of Brazilian Army in which three tendencies are identified: the tendency toward endogenous recruitment, the tendency toward political monopoly of violence in the terrestrial domain and the tendency toward autonomously structured education as condition for officer career. In the second part, I show the influence of positivism in the definition of the Army new identity which began to assimilate the concepts of enemy of the institution and of right to political intervention. The third part makes a contradictory evaluation of the influence of positivism in the formation of Brazilian military ideology.*

*Descriptors: development of Brazilian Army; positivism and military identity; Army and interventionism in politics; positivism and Brazilian Army; military education.*